

SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO



O Vicentino



Pe a Polític

EDIÇÃO 2014

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	03
CAPÍTULO I	05
A POLÍTICA: UM MAL OU UM BEM?	05
A POLÍTICA É UM BEM EM SI MESMA	05
CAPÍTULO II.....	07
CRITÉRIOS PARA PARTICIPAÇÃO NA VIDA POLÍTICA.....	07
CAPÍTULO III	11
A QUESTÃO PARTIDÁRIA	11
SAL DA TERRA E LUZ DO MUNDO.....	11
CAPÍTULO IV	13
ORIENTAÇÕES PRÁTICAS.....	13
CONCLUSÃO.....	16
TIPOS DE ELEITOR	17
TIPOS DE POLÍTICOS	18
BIBLIOGRAFIA.....	19

INTRODUÇÃO

“Vamos aos pobres”. Esta frase de Ozanam dirigida ao seu grupo de amigos ecoa até nossos dias com a força da beatificação de seu autor. É o fruto de mais de um século e meio da SSVP a serviço daqueles que mais precisam de ajuda, nas suas mais variadas formas. Crianças, idosos, doentes, analfabetos e particularmente aqueles que têm fome de pão, de justiça e de Deus.

A SSVP é hoje uma das mais importantes organizações no combate à fome no mundo. Tem o respeito e a admiração da Igreja e do mundo, e estes sabem de seu compromisso, de sua vocação no socorro aos mais carentes.

A SSVP é comprometida com o equilíbrio social da humanidade, é solidária àqueles que mais sofrem. Todavia também notamos que cresce, a cada dia, um anseio da SSVP enquanto instituição, e também em seus membros, de avançar na participação mais efetiva na transformação da sociedade, colaborando a fim de que ela seja mais justa e fraterna. E dentro deste grande leque, destaca-se a participação de seus membros na vida pública. Nas eleições municipais de 2000 registrou-se a eleição de mais de cem vereadores, alguns prefeitos e vices, vicentinos em todo o país.

O Conselho Nacional do Brasil, por meio deste modesto trabalho, dá sua orientação a todos os confrades e consócias de como se comportarem frente a questões políticas, tendo como exemplo nosso principal fundador, o beato Antônio Frederico Ozanam, que, consciente de sua responsabilidade frente aos problemas de sua época e da importância da política na solução dos mesmos, candidatou-se a um cargo eletivo.

Tinha consciência de que era preciso amar e servir aos pobres, mas também de buscar mecanismos para eliminar as causas geradoras da pobreza, sendo suas estas célebres e sábias palavras: “É muito pouco aliviar o indigente no dia-a-dia, é necessário pôr as mãos nas raízes do mal e, por prudentes reformas, diminuir as causas sociais da miséria”.

Nossa oração é que esta breve cartilha possa ser luz no discernimento para compreensão melhor deste vasto e complexo tema : a política.

Em São Vicente e Ozanam

CAPÍTULO I

A POLÍTICA: UM MAL OU UM BEM?

Escândalos quase que diários, corrupção, desigualdades sociais, impeachment, processos, crises partidárias, legendas de aluguel, CPI, trocas de ofensas entre políticos de grande representatividade, manipulação da opinião pública, cifras bilionárias investidas em marketing para projetar a imagem do candidato ou para reverter sua imagem negativa, entre tantos outros fatores que resultam em um conceito extremamente negativo da política.

O que deveria ser um canal para uma sociedade mais justa e fraterna termina por ser causa de repulsa por parte da população. A tal ponto de se evitar falar de política, generalizar os políticos como sendo todos iguais. Enfim, por causa de maus políticos, a política hoje se encontra desacreditada.

A POLÍTICA É UM BEM EM SI MESMA

Com berço na Grécia Antiga, onde seus cidadãos reuniam-se nas praças para conversar sobre a cidade, a polis, donde vem o termo política, ela é indispensável, existe por causa do bem-comum, que nossa Igreja assim define: **“O bem-comum corresponde ao conjunto daquelas condições de vida social que permitam aos homens, às famílias e às sociedades conseguir mais fácil e desembaraçadamente a própria perfeição”**, e mais **“A Igreja considera digno de louvor e consideração o trabalho daqueles que se dedicam ao bem da coisa pública a serviço dos homens e assumem os traba-**

lhos deste cargo” (constituição pastoral *Gaudium Et Spes* n° 74 e 75 do Concílio VAT. II).

O Papa João Paulo II, em sua exortação apostólica *Cristi-fidelis Laitici* (CL), sobre os leigos assim se expressa: **“As acusações de arrivismo, idolatria de poder, egoísmo e corrupção que muitas vezes são dirigidos aos homens do governo, do parlamento, da classe dominante ou partido político, bem como a opinião muito difundida que a política é um lugar de necessário perigo moral, não justificam minimamente nem o ceticismo nem a abstenção dos cristãos pela coisa pública”** (CL 42).

Como podemos perceber, a Igreja nada se opõe à política enquanto tal e à participação dos leigos, mas preocupa-se quanto ao mau uso que dela se faz. Incentiva os fiéis leigos a dela participarem procurando ser sal na terra e luz no mundo. Orienta, pastoreia, mostra o caminho, tendo principalmente a doutrina social da Igreja como referencial de proposta para a transformação da sociedade. Se a Igreja nos orienta assim, também nós da SSVP bebemos desta fonte tirando dela critérios para aqueles que se sentem chamados à vida política. É o que trataremos a seguir.

CAPÍTULO II

CRITÉRIOS PARA PARTICIPAÇÃO NA VIDA POLÍTICA

A Gaudium Et Spes n° 75 dá o perfil do candidato: **“Os que são idôneos para exercer a difícil e ao mesmo tempo nobilíssima arte da política preparem-se para ele e procuram exercê-la esquecido do proveito próprio e de vantagens materiais. Pela integridade e com prudência lutem contra a injustiça e a opressão ou o absolutismo, seja de um homem ou de um partido. Dedicuem-se, porém, ao bem de todos com sinceridade e retidão, bem mais com amor e coragem exigidos pela vida pública”**.

Podemos criar inúmeros critérios para servirem de referências, mas o Concílio Vaticano II é sempre uma fonte tão antiga e tão nova de riquezas insondáveis para nossa vida eclesial. Deste rico texto da Gaudium Et Spes podemos dizer que a referência são os critérios para todo aquele que se lança na vida pública.

- * Idoneidade e Maturidade
- * Preparação
- * Não usar para proveito próprio
- * Lutar contra o absolutismo e intolerância
- * Dedicar-se ao bem-comum
- * Amor e coragem pela vida pública

Idoneidade e Maturidade

Justamente para que, mais tarde, no exercício do mandato, o político não se deixe levar pelas tentações do cargo.

Parte-se do princípio de que o candidato não idôneo é por natureza mais propenso ao desvirtuamento de seus propósitos, mais fácil de ser corrompido e mais rapidamente trair os interesses do eleitor, que espera do político, no mínimo, que ele seja honesto.

Preparação

O mundo da política é sedutor e exigente, lida-se com leis, votam-se orçamentos para toda uma cidade, estado e país. O próprio texto pede primeiramente que a pessoa seja idônea e, em seguida, que se prepare, ou seja, primeiramente, idoneidade ou maturidade como referência já pressuposta para que seja possível uma preparação: saber o que é a política, a sociedade, a Lei Orgânica de um município, a constituição, os direitos da pessoa e os seus deveres, ética na política, cidadania, ensino social da Igreja, o Estado, o Legislativo, entre tantos outros temas importantes no exercício da vida pública.

Mas acima de tudo entendemos também que o vicentino(a) que pretende candidatar-se a um cargo eletivo deve sentir-se “chamado(a)”, “vacionado(a)”, ao serviço do bem-comum ao próximo, deve estar consciente de que é um apóstolado ao bem-comum, estar a serviço do povo de Deus na vida pública.

Não visar proveito próprio e nem vantagens pessoais

Quem ocupa uma cadeira no Poder Legislativo elabora, analisa e vota projetos que afetam múltiplos interesses. Não raro ouve-se falar que determinado grupo faz “lobby” (pres-

são) no Congresso Nacional para a aprovação (ou rejeição) de um projeto. Para ver assegurado o que lhes convém, esses grupos, sem nenhum escrúpulo, muitas vezes lançam mão de artifícios desonestos, como oferecimento de favores e até de propina.

O que deve motivar o cristão a entrar na política é a convicção de que estará a serviço do próximo. Para isso, é fundamental constante estado de vigília e oração. Eleito, o político deve se acercar de pessoas de seu relacionamento e irmãos de fé para com elas partilhar suas ações no exercício do mandato e aconselhar-se sobre que posição tomar quanto a projetos polêmicos.

Lutar contra o absolutismo e a intolerância

O Brasil já experimentou regimes de “exceção”. Hoje prevalece a democracia, mas, com frequência, assistimos manobras de políticos valendo-se da liberdade garantida pelo regime democrático para alcançarem objetivos menos nobres.

O político precisa de liberdade e independência para votar. Sendo cristão, deve considerar o que recomenda a Doutrina Social da Igreja. É evidente a exigência da observância da ordem estabelecida pelo partido, mas isso não significa abrir mão do direito de manifestar-se publicamente sobre temas que afrontem a ética, a moral, a vida e os ensinamentos da Igreja. Nesses casos, é imperioso o posicionamento firme a respeito, ainda que este contrarie orientação partidária.

Requer-se do político cristão que ele tenha equilíbrio, bom senso, flexibilidade para conviver com o pluralismo partidário e a diversidade de opiniões e, principalmente, firmeza de caráter

para não se dobrar aos interesses particulares ou partidários contrários à fé cristã-católica e aos princípios de justiça social.

Dedicar-se ao bem-comum com sinceridade e retidão

O que é bem comum? Segundo a *Gaudium Et Spes*, **“é o conjunto daquelas condições de vida social que permitem aos homens, às famílias e sociedades, mais fácil e desembaraçadamente, a própria perfeição”**. Ou seja, ações que assegurem ao conjunto da população o acesso à saúde, educação, moradia, segurança, lazer, trabalho e tudo que contribua para o bem-estar de uma comunidade.

Amor e coragem exigidos pela vida política

São parâmetros para o político cristão. Amor, sim, porque a política é um chamado, uma vocação, um serviço. Fora disso, o político tenderá à mediocridade. Coragem, sim, para enfrentar as forças contrárias aos princípios que defende, para tomar decisões independentes alinhadas com a DSI (Doutrina Social da Igreja), ainda que estas desagradem alguém.

Observação: O módulo IV da Escola de Capacitação Antônio Frederico Ozanam (Ecafo) dedica um capítulo inteiro sobre a política e o magistério da Igreja.

CAPÍTULO III

A QUESTÃO PARTIDÁRIA

“... a Igreja de modo algum se confunde com a comunidade política e nem está ligada a nenhum sistema político”, diz a *Gaudium Et Spes*. Já Puebla n° 523 lembra que **“nenhum partido, por mais inspirado que esteja na doutrina da Igreja, pode arrogar-se a representar todos os fiéis, já que seu programa concreto nunca poderá ter valor absoluto para todos”** - João Paulo II.

SAL DA TERRA E LUZ DO MUNDO

Segundo o Documento 40 da CNBB (n° 215), **“no mundo da política, marcado pelo pluralismo ideológico conflitivo, a Igreja, respeitando o legítimo pluralismo das opções partidárias e distinguindo o papel dos leigos e da hierarquia, procura ser um sinal daquela unidade e comunhão, que é vontade de Cristo e anseio último da humanidade”**.

Por sua vez, o n° 218 do mesmo documento, visando à boa formação do leigo para a vida política, aconselha **“conhecer as propostas e práticas dos partidos e candidatos, aprendendo a respeitar a opção partidária dos outros”**.

Assim a Igreja não tem e nem sugere a filiação num ou outro partido. Ao contrário, respeita as mais diversas siglas partidárias cujos estatutos não afrontem a fé cristã-católica. Portanto, o político cristão deve assimilar os sábios ensinamentos da Igreja e

ser sal da terra e luz do mundo em qualquer que seja o partido no qual milita.

Que se leve em conta ainda que os partidos acolhem pessoas de diversos segmentos e credos, e é neste ambiente que ele irá atuar. **“Os critérios éticos e os valores evangélicos devem estar constitutivamente ligados à prática cristã. Conciliá-los com as exigências e ambigüidades dos partidos políticos constitui um grande desafio”**, pede a Igreja no documento 40 da CNBB.

CAPÍTULO IV

ORIENTAÇÕES PRÁTICAS

1 - É importante , qualquer que seja o pleito, que seja preservada a unidade e a natureza apartidária da SSVP. É verdade que os vicentinos precisam de representantes nas três esferas do poder (municipal, estadual e federal), mas não às custas da desunião da família vicentina ou da renúncia de sua espiritualidade.

2 - Em nenhuma hipótese poder-se-à afixar faixas, cartazes ou outro material de propaganda política nos veículos, prédios, casas, sedes ou qualquer tipo de imóvel pertencente à SSVP.

3 - Quanto às casas de nossos assistidos, não podemos proibir que esses façam sua própria vontade imperar em suas residências. Entretanto não é aconselhável nenhuma manifestação política de vicentinos em suas casas. Por isto nenhum vicentino deverá pedir, ou mesmo insinuar, algum pedido neste sentido à nossas famílias assistidas.

4 - Nenhuma Unidade Vicentina poderá declarar apoio a candidatos, vicentinos ou não. A manifestação de vicentinos não pode ser confundida com apoio institucional (oficial) da SSVP a qualquer candidato.

5 - Apesar de não ser conveniente a indicação de muitos candidatos vicentinos numa mesma região, para que não ocorra uma divisão de votos, a Sociedade de São Vicente de Paulo não pode proibir que nenhum vicentino, que se julgue em condições e tenha o perfil traçado conforme orientação da Gaudium Et

Spes, já citado anteriormente, exerça sua vontade de candidatar-se a algum cargo público.

6 - Não é permitida nenhuma manifestação ou propaganda política em eventos oficiais da SSVP, como encontros, retiros, reuniões de conferências ou conselhos etc. Esta igualmente vetado o uso de meios de comunicação e equipamentos da SSVP para veiculação de mensagens com conteúdo político-partidária.

7 - Poderão ser organizadas reuniões ou debates com os candidatos aos pleitos, principalmente os vicentinos. Essas atividades não deverão acontecer dentro de outros eventos vicentinos e sim em momentos convocados especificamente para este fim, observado o que dispuser a respeito a legislação eleitoral. Lembramos que todos os candidatos vicentinos deverão ter a mesma oportunidade de tempo nessas reuniões. É interessante também que a SSVP organize, quando possível, essas atividades em conjunto com a Igreja local, dando oportunidade para candidatos não vicentinos, mas ligados a Igreja Católica de participarem e expor seus pensamentos.

8 - Os candidatos vicentinos não necessitam afastar-se de suas funções como confrade ou consócia durante a campanha eleitoral, tendo cuidado apenas para não realizar nenhum ato de campanha durante suas atividades vicentinas, em especial junto aos assistidos.

9 - Os candidatos vicentinos que ocupam encargos de direção em conferências, conselhos, comissões, coordenações, ECAFO ou Obras Unidas, seguirão a orientação do Conselho Metropolitano de suas regiões para definição se deverão ou não afastar-se de seus encargos, durante a campanha eleitoral.

10 - No lugar onde não haja candidato da SSVP, recomenda-se que a liderança vicentina busque orientação com o bispo local a fim de que os confrades e consócias votem com qualidade em candidatos com ficha limpa.

11 - Os dirigentes vicentinos devem cuidar para que a SSVP não fique refém de políticos inescrupulosos que, sem nenhum compromisso com os valores de nossa fé cristã-católica, fazem donativos (especialmente em ano eleitoral) ou prometem ajuda em troca do apoio e do voto dos vicentinos. Não se esqueçam de que aqueles que “investem” muito dinheiro em suas campanhas, buscarão recuperar seu investimento de alguma forma, normalmente desonesta.

CONCLUSÃO

O caminho da política é um caminho árduo, difícil, mas necessário de se percorrer. É preciso lançar-se nele com coragem e revestido com os valores de nossa fé para, com discernimento, separar o trigo do joio. O que não podemos é nos omitir permitindo que o mal e as estruturas de morte prevaleçam neste mundo. E ter sempre presente as palavras de Jesus: **“Coragem, eu venci o mundo”** (Jo 16,33).

Lembramos, ainda, as palavras dos Bispos do Brasil no documento 62 da CNBB - Missão e Ministério dos Cristãos Leigos e Leigas nº 131: **“A experiência no mundo da política tem-se revelado difícil aos leigos cristãos. Devido ao preconceito muito comum, que considera a política como algo sujo, as comunidades cristãs nem sempre confiam naqueles que, mesmo saindo de seu meio, assumem esta tarefa na sociedade civil. Muitos se queixam que ao assumirem uma opção político partidária, se sentem abandonados pela comunidade de origem. No entanto há os que assumem esta tarefa conscientes de que são portadores de uma radicalidade evangélica que não pode ser instrumentalizada, submetida ou anulada. Cabe às comunidades cultivarem atitudes concretas de apoio, acompanhamento e formação permanente aos que despertam para esta vocação”**.

Com estas orientações temos esperança, queridos confrades e consócias, que a nossa participação ativa na política contribua efetivamente para a construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

TIPOS DE ELEITOR

Que vota pela tradição: há tradições legítimas e outras que são atraso e fator de empobrecimento. Votar só pela tradição é argumento fraco. Será que a situação de hoje é a mesma de anos atrás?

Que vota para pagar favores: quem vende o seu voto por favores, vende sua dignidade e cobre de lama sua honra. O cristão não deve votar em candidatos ou partidos que querem comprar votos.

Que vota no mais forte: tem gente que vota nos candidatos mais fortes e poderosos e que estão gastando muito dinheiro com propaganda. Tais candidatos podem ser “testas de ferro” para defender os interesses de grupos privilegiados que querem manter-se sempre no poder.

Que vota na aparência: muitas pessoas se enganam com as aparências do candidato. O que vale mais: o papel que embrulha o presente ou o conteúdo? Um critério importante são as propostas possíveis de serem realizadas e que estão contidas no programa de determinado candidato(a).

Que vai na conversa dos cabos eleitorais: muitos votam pela conversa bonita dos cabos eleitorais e por aquilo que dizem os meios de comunicação. São os chamados com a expressão popular - Maria vai com as outras.

Eleitor que anula o voto ou vota em branco: este contribui para manter as coisas como estão. É preciso não abrir mão do direito de votar a fim de mudar para melhor ou evitar males maiores.

Eleitor consciente: é aquele que valoriza o voto. É preciso analisar, refletir sobre o passado e o presente e acreditar num futuro melhor. (Depois das eleições é necessário acompanhar a atuação dos eleitos e cobrar a realização de suas promessas de campanha).

TIPOS DE POLÍTICOS

Político profissional: é aquele político que há muito tempo está no poder e quase nada faz de concreto para o povo.

Político interesseiro: é aquele que trabalha para o seu próprio proveito, tendo em vista as próximas eleições e não o bem comum.

Político exibicionista: é gastador de recursos públicos para sua autopromoção. Está comprometido com os grandes grupos econômicos.

Político “engomadinho”: é aquele que fala bonito, se apresenta bem, mas não tem conteúdo e nem propostas.

Político de promessas: é aquele que somente se lembra do povo na época das eleições e que abusa dos MCS (Meios de Comunicação Social) com propagandas enganosas.

Político sem identidade: é aquele que muda de partido conforme as suas conveniências, não é comprometido com os anseios do povo. É conhecido também como “camaleão”, ou seja, muda de acordo com o que lhe convém.

Político ideal: é aquele que tem uma proposta política viável, defende a vida, os direitos humanos, é acessível a quem o busca e é sensível aos empobrecidos. Luta pelo bem comum.

BIBLIOGRAFIA

1. Bíblia Sagrada
2. Catecismo da Igreja Católica
3. Compêndio do Concílio Vaticano II
4. Documento de Puebla
5. Doc. 40 da CNBB: Igreja, Comunhão e Missão
6. Ética, pessoa e sociedade - Doc. 50 da CNBB
7. Vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo (João Paulo II)
8. Missão e ministérios dos cristãos leigos e leigas (Doc. 62 CNBB)
9. Texto base da CF/96
10. Módulo IV da ECAFO

Produção:
Conselho Nacional do Brasil da SSVP



Rua Riachuelo, 75 - Centro - Rio de Janeiro/RJ - 20230-010
Tel. (21) 2242-3834 e 2242-8060 Fax: (21) 2232-3914
<http://www.ssvpbrasil.org.br>